

Marcelo Ramos Peregrino Ferreira

**DA DEMOCRACIA DE
PARTIDOS À
AUTOCRACIA JUDICIAL:
O CASO BRASILEIRO NO DIVÃ**



**Florianópolis
2020**

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO - O DIREITO TOMANDO CONTA DA POLÍTICA. . .	17
APRESENTAÇÃO	23
LISTA DE ABREVIATURAS	27
INTRODUÇÃO	31
 CAPÍTULO 1	
PARTIDOS POLÍTICOS E A SOBERANIA POPULAR	43
1.1 O estado de partidos e sua fundamentação teórica	43
1.2 A controvérsia sobre a partidocracia.	49
1.2.1 Georg Jellinek e a separação entre Sociedade e Estado	49
1.2.2 Richard Schmidt e as primeiras manifestações sobre partidos.	51
1.2.3 Gerhard Leibholz e a distinção entre a democracia liberal e democracia partidária	60
 CAPÍTULO 2	
A CRÍTICA AOS PARTIDOS	73
2.1 Carl Schmitt e a crítica ao sistema parlamentar	83
2.2 A Crítica de Schmitt: O Guardião da Constituição	94
2.3 A crítica de Heinrich Triepel: o Estado partitocrático	100
2.4 Hans Kelsen: a resposta a Triepel	109
2.5 Os requisitos da Democracia de Partidos	119
2.6 Formas alternativas e outras manifestações de transformação do poder popular	122
2.6.1 Democracia radical no México: experiência de Cherán.	125
2.6.2 A assembleia de Mogotes	127
2.6.3 O Estado Plurinacional Boliviano	128
2.6.4 Democracia Aimará no altiplano andino boliviano	132
2.6.5 Candidaturas municipalistas na Espanha	134
 CAPÍTULO 3	
OS PARTIDOS NO BRASIL: DO IMPÉRIO À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	137

3.1	Bosquejo histórico dos partidos políticos	137
3.1.1	O Império (1824-1889) e os primeiros partidos	139
3.1.2	A República Velha (1889-1930): a política dos governadores	150
3.1.3	O Estado Novo (1930-1945): nasce o Código Eleitoral	156
3.1.4	A Quarta República (1945-1964)	162
3.1.5	A ditadura	167
3.2	O partido político no ordenamento nacional	169

CAPÍTULO 4

JUSTIÇA ELEITORAL BRASILEIRA 179

4.1	A Justiça Eleitoral	179
4.2	A jurisprudência eleitoral: a babel dos sentidos	181
4.2.1	Prefeito itinerante	184
4.2.2	Rejeição de contas e a súmula n. 1	192
4.2.3	Limitação do número de vereadores	196
4.2.4	Quitação Eleitoral	208
4.2.5	Criação de multa no caso de pesquisa	213
4.2.6	Doação de campanha e o sigilo de dados	215
4.2.7	Proibição da doação eleitoral por pessoa jurídica	222
4.2.8	Fidelidade partidária	245
4.2.9	Art. 41 da Lei n. 9.504/1997	256
4.2.10	Verticalização das coligações	259
4.2.11	Irregistrabilidade e o art. 16-A	264
4.2.12	Interpretação do artigo 73, § 10 da Lei n. 9.504/1997	270
4.2.13	Destinação de recursos do fundo de financiamento de campanha e do tempo de propaganda para política promocional das mulheres	271
4.2.14	Cláusula de desempenho	278
4.2.15	Lei Complementar n. 135/2010	291

CAPÍTULO 5

DA DEMOCRACIA DE PARTIDOS À

AUTOCRACIA JUDICIAL 301

5.1	O excesso no exercício das funções atípicas da justiça eleitoral	301
5.2	A regulamentação	303
5.3	A consulta	315
5.4	O Poder Judiciário e a separação de poderes	324
5.5	Justiça eleitoral versus partidos políticos	335
5.5.1	A democracia e a autocracia: extremos opostos	335
5.5.2	A lei como fruto da democracia de partidos	342
5.5.3	A autocracia judicial vestida de poder moderador	347

CONCLUSÃO. 359

REFERÊNCIAS. 371